

Artigo submetido a 24 de Novembro 2022; versão final aceite a 28 de Maio de 2023
Paper submitted on November 24, 2022; final version accepted on May 28, 2023
DOI: <https://doi.org/10.59072/rper.vi68.583>

Avaliação da Qualidade da Oferta de Percursos Pedestres Sinalizados no Norte de Portugal¹

Quality Evaluation of Signposted Pedestrian Routes Offer in North Portugal

Goretti Silva

goretti@estg.ipvc.pt

Professora Coordenadora, CITUR, Instituto Politécnico de Viana de Castelo

Susana Rachão

susana.rachao@estg.ipvc.pt

Professora Adjunta Convidada, CITUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo

Alexandra I. Correia

acorreia@estg.ipvc.pt

Professora Adjunta, CITUR, Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Resumo

O pedestrianismo tem vindo a afirmar-se como uma atividade de lazer e turismo particularmente significativa para o desenvolvimento sustentável de destinos naturais e rurais. Como tal, esta investigação tem como objetivo central a avaliação da qualidade da oferta de percursos pedestres sinalizados no Norte de Portugal. A partir de uma metodologia quantitativa aplicou-se uma matriz diagnóstica, permitindo a avaliação de um conjunto de atributos inerentes à prática do pedestrianismo. Assim, 185 trilhos pedestres foram avaliados por diferentes atores locais, procedendo-se à análise estatística multivariada. Os resultados obtidos permitem afirmar que as NUTS III que compõem a região Norte de Portugal possuem diferentes níveis de qualidade ao nível do pedestrianismo.

Palavras-chave: pedestrianismo; turismo outdoor; planeamento turístico sustentável; Norte de Portugal

Códigos JEL: Q26; Q28; R14; R58

Abstrat

Hiking and walking have been considered as particularly significant leisure and tourism activities for the sustainable development of natural and rural destinations. As such, the research aims to evaluate the level of quality offered by hiking trails in Northern Portugal. Based on a quantitative methodology, a diagnostic matrix was applied, allowing the assessment of a set of attributes inherent to the practice of hiking. Thus, 185 walking trails were evaluated by different local actors, and results analysed using multivariate statistical procedures. The results obtained confirm that the NUTS III composing the North of Portugal display different patterns of quality of hiking infrastructures.

¹ Este artigo científico enquadra-se no âmbito do projeto I&D da UNIAG intitulado Projeto TURNOUT – Desenvolvimento do Turismo Outdoor da Região Norte de Portugal [POCI-01-0145-FEDER-032289].

Keywords: hiking; outdoor tourism; sustainable tourism planning; Northern Portugal

JEL Codes: Q26; Q28; R14; R58

1. INTRODUÇÃO

O pedestrianismo tem-se afirmado como uma atividade estratégica em termos turísticos, em muitos territórios, integrando de forma transversal a oferta de turismo de natureza, turismo desportivo, turismo de aventura, e para o turismo outdoor, contribuindo em simultâneo para a valorização e dinamização dos recursos endógenos (naturais e culturais). Por outro lado, a prática de atividades de pedestrianismo, e atividades de ar livre em geral, acontece genericamente em territórios rurais e áreas periurbanas, zonas de grande valor paisagístico e ambiental, que são também mais sensíveis e vulneráveis, muitas vezes classificadas como áreas protegidas (Balmford et al., 2015; Winter et al., 2020). Apesar de favorável em termos económicos, o crescimento de fluxos de visitantes acarreta implicações e impactos de ordem ambiental e social, que requerem uma abordagem de planeamento integrado de base regional, promovendo o desenvolvimento turístico equilibrado, tendo subjacente os princípios da sustentabilidade (Fazenda et al., 2018; Salgado & Martins, 2019).

O crescimento do pedestrianismo nos últimos anos (Bichler & Peters, 2020), tem sido particularmente visível no Norte de Portugal. Pelo seu potencial natural e nível de infraestruturas (marcação e sinalização de percursos), a região tem presenciado um aumento do número de empresas de animação turística em torno desta atividade de lazer, que tem ganho o estatuto de produto turístico (Travel BI, 2018). Esta apresenta-se como a região com maior número e extensão em quilómetros de percursos pedestres de Pequena-Rota (PR) (Carvalho, 2009).

Tal como sucede noutros países, a procura pelo pedestrianismo em Portugal tem assumido um papel de relevo na oferta turística (Rodrigues et al., 2010). Todavia, o sucesso dos percursos pedestres dependerá da capacidade de resposta às necessidades e preferências dos visitantes (Rodrigues, 2006), bem como da sua manutenção, assegurando de forma continuada a qualidade da experiência (Gamarra et al., 2019). Para tal, é fundamental a inventariação dos percursos pedestres existentes, bem como a existência de sistemas de avaliação sistemática com vista à monitorização dos mesmos, em termos de infraestruturas e facilidades de apoio ao utilizador. Desta forma, o objetivo central desta investigação prende-se com a avaliação da qualidade dos percursos pedestres sinalizados na NUTS II Norte de Portugal. Como tal, traçaram-se dois objetivos específicos: (i) analisar e comparar o conjunto de atributos fundamentais dos percursos pedestres nas NUTS III Norte e (ii) analisar o número de percursos pedestres homologados, assim como as principais entidades que os promovem, e qual o papel dos organismos regionais e locais para o desenvolvimento do pedestrianismo.

A secção seguinte compila um conjunto de reflexões sobre o papel do pedestrianismo e atividades outdoor no desenvolvimento sustentável do turismo, seguido pela secção metodológica e contextualização do estudo aplicado ao território em análise. Por fim, o artigo termina com uma sistematização das principais conclusões relativamente às condições e nível de desenvolvimento da oferta de trilhos na região Norte de Portugal, refletindo sobre as diferenças entre as várias NUT III, com referência a um conjunto de orientações estratégicas para os agentes e entidades, públicas e privadas, diretamente e indiretamente associados à promoção e valorização do pedestrianismo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O pedestrianismo e a procura pelo turismo outdoor

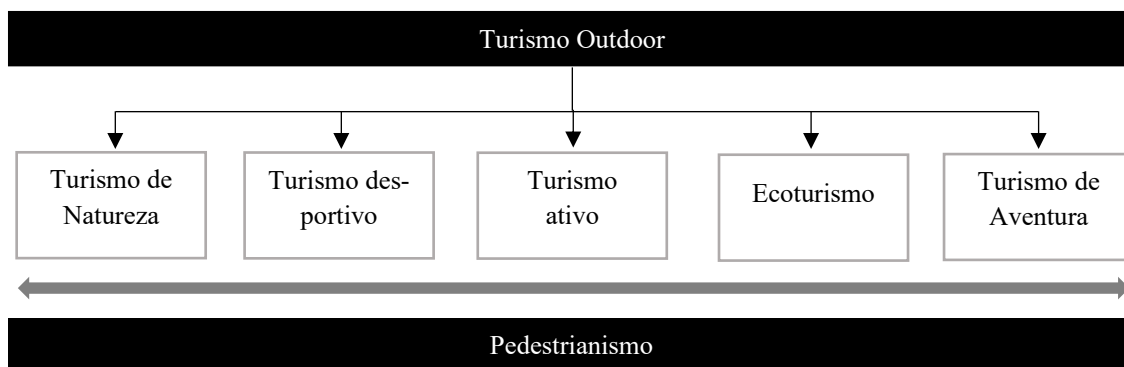
Na literatura científica internacional, a utilização de termos como *walking*, *trekking*, *hiking*, *rambling* e *strolling* são comumente utilizados de forma indistinta (Lee et al., 2018; Tovar & Carvalho, 2011), ainda que os conceitos de *trekking* e *hiking* impliquem, segundo alguns autores, uma deslocação a pé por vários dias envolvendo algum tipo de aventura, contrariamente aos restantes conceitos (Lee et al., 2018). Estas atividades de pedestrianismo enquadram-se em diferentes tipos de turismo (desportivo, de natureza, ativo,...) cujo contato com a natureza e o ar livre são atributos basilares,

inserindo-se no conceito agregador de turismo outdoor. O turismo outdoor define-se como a procura por experiências recreativas ao ar livre e de aventura (Sand & Gross, 2019).

Pode-se afirmar que, o pedestrianismo configura-se como uma atividade outdoor, que envolve atividade física e social, e cuja prática, andar a pé, pode ser realizada na natureza, em ambientes rurais e/ou ambientes urbanos, desenvolvendo-se por caminhos pré-estabelecidos e sinalizados (Karupiah & Bada, 2018; Rodrigues, 2006; Tovar & Carvalho, 2011). Salienta-se também que o pedestrianismo é uma atividade lúdico-desportiva transversal a diferentes tipologias de turismo, tal como evidenciado pela Figura 1.

De acordo com vários autores, o pedestrianismo encerra em si um conjunto de diferentes dimensões motivacionais, designadamente, saúde e bem-estar (Bichler & Peters, 2020; Rodrigues et al., 2010), desporto e competição (Happ et al., 2021), lúdica e de recreação (Svarstad, 2010), imersão na natureza e relaxamento (den Breejen, 2007; Rantala et al., 2018), desafio e descoberta (Lee et al., 2018).

Figura 1. O pedestrianismo como atividade lúdica transversal a várias tipologias de turismo outdoor



Fonte: elaboração própria

Proporcionando um contato direto com o ar livre (outdoor) e, em múltiplos contextos com a natureza, o pedestrianismo influencia o valor percebido da qualidade da experiência dos turistas (Lee et al., 2018).

Vários estudos apontam para a crescente procura turística por áreas naturais e classificadas, relacionada essencialmente com: a riqueza e a conservação da biodiversidade (Priskin, 2001); a existência de instalações de apoio, tais como parques de merendas, e centros de interpretação do património natural, com vista a melhorar a experiência do visitante (Munro et al., 2008; Tubb, 2003); e a segurança, no tocante ao estado do piso e à sinalização dos percursos pedestres (Pickering et al., 2010).

Atentando ao crescimento considerável da procura por esta atividade lúdico-desportiva em contexto outdoor, considera-se particularmente pertinente evidenciar o papel dos organismos regionais e locais na gestão dos percursos no território, assim como na avaliação e monitorização dos mesmos, com vista ao posicionamento internacional de Portugal (Salgado & Martins, 2019) como destino turístico de turismo outdoor.

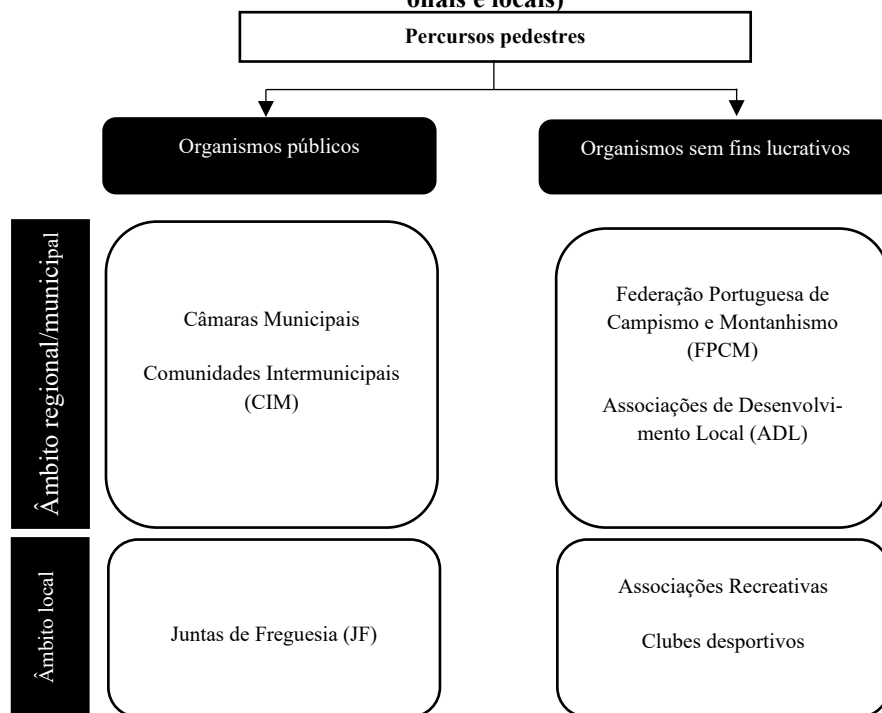
2.2. O papel dos órgãos regionais e locais para o desenvolvimento do pedestrianismo

Numa primeira abordagem, o pedestrianismo em Portugal encontra-se sob alçada de um conjunto distinto de entidades, as quais têm também um papel determinante na viabilidade e monitorização da atividade. Desta forma existem duas realidades coexistentes relativamente aos percursos pedestres: os que se encontram homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP) e os que não estão homologados, mas são reconhecidos como adequados à prática de pedestrianismo. A FCMP promove a prática e a divulgação dos percursos pedestres seguindo normas internacionais, em particular na uniformização da componente técnica dos percursos, nomeadamente na sinalização, níveis de dificuldade, tipo e duração dos mesmos (Rodrigues, 2006; Tovar & Carvalho, 2011).

Todavia, e considerando a presença de vários percursos pedestres no território português não homologados, a homologação não parece ser condição *sine qua non*, assumindo outras instituições a sinalização, manutenção e promoção de atividades (Figura 2), nomeadamente, associações

recreativas, clubes desportivos, câmaras municipais, juntas de freguesia, comunidades intermunicipais e associações de desenvolvimento local (ADL) (Salgado & Martins, 2019). Estas últimas, têm como objetivo principal o desenvolvimento local e a valorização dos recursos naturais e culturais dos territórios, potencializando e dinamizando atividades turísticas sustentáveis, entre as quais o pedestrianismo (David & Pinheiro, 2010). Com incidência no território em análise, a região Norte (NUTS II), é possível aferir que são várias as ADL que monitorizam e dinamizam percursos pedestres, sendo exemplos a ADERE – Peneda-Gerês e a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua (ADRVTV).

Figura 2. Modelo de gestão territorial dos percursos pedestres (articulação entre os vários atores regionais e locais)



Fonte: elaboração própria

Por fim, importa ressaltar que em 2016, o Turismo de Portugal criou um conjunto de iniciativas públicas para a qualificação e diversificação da oferta de trilhos pedestres lançando a plataforma online *Portuguese Trails* (Turismo de Portugal, 2017). Esta estratégia surge no seguimento das linhas orientadoras para a valorização dos ativos turísticos em Portugal, sendo considerado como um ativo emergente, alocado ao eixo saúde e bem-estar, combinando atividades desportivas e na natureza.

2.3. Enquadramento do pedestrianismo como atividade estratégica para o alcance do Desenvolvimento Sustentável dos territórios

O desenvolvimento do pedestrianismo como atividade âncora no desenvolvimento de territórios, sobretudo naturais e rurais, constitui uma alavanca para a valorização e proteção dos recursos endógenos, quer na sua vertente natural (preservação de ecossistemas), quer na sua vertente patrimonial (histórica, etnográfica, cultural). Estudos recentes demonstram que o pedestrianismo é uma atividade em constante crescimento, apresentando-se como uma atividade outdoor ‘contemporânea’ e na ‘moda’ (Bichler & Peters, 2020), e uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável do turismo (UNWTO, 2019), sendo afirmado como potenciador dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o ODS3 “Saúde de qualidade”, o ODS10 “Redução das desigualdades” e o ODS15 “Proteção da vida terrestre”.

Apesar do conhecimento sobre o turismo nas áreas de baixa densidade incluindo áreas rurais e naturais onde decorre o turismo outoddor e o pedestrianismo, ainda ser escasso e o conhecimento acerca das suas características, evolução ou intervenientes muito limitado (Goja, et al., 2021), a

visão prevalecente é positiva. Entende-se que a criação de empresas, particularmente, de microempresas de cariz familiar (empresas de animação turística, guias turísticos, comércio de lembranças, comércio de produtos gastronómicos locais), em torno da exploração do produto turístico pedestrianismo, tem a capacidade de promover a inclusão económico-social de toda a comunidade local através da capacitação. No entanto esta capacitação raramente ocorre, sobretudo em destinos rurais, prevalecendo uma interação breve e superficial (Euzébio et al., 2014).

Por outro lado, o rápido crescimento da visitação baseada na natureza pode levar a mudanças difíceis nas comunidades locais, ter impacto nas infra-estruturas e instalações, criar concorrência por recursos escassos e uma comercialização indesejável de produtos e tradições indígenas (Winter, et al., 2020). Os conflitos podem surgir sobretudo quando os benefícios não se concretizam para os investidores turísticos locais ou para os que procuram emprego (Snyman & Bricker, 2019). Embora o turismo baseado na natureza possa servir para expandir a economia e aumentar o apoio à biodiversidade e aos esforços de conservação, o aumento da visitação recreativa e turística podem trazer mudanças duradouras e nefastas ao ambiente natural e social (Balmford et al., 2015; Winter et al., 2020).

Mas a capacidade do turismo e da atividade de pedestrianismo contribuirão para a qualificação da paisagem e proteção da vida terrestre, assim como a sustentabilidade dos ecossistemas através da valorização dos recursos endógenos, garantindo a monitorização e controle dos fluxos de visitação, mantendo a afluência em níveis considerados aceitáveis (UNWTO, 2019).

Entende-se, no entanto, que a correta manutenção e monitorização dos percursos pedestres (ex. passadiços, ecovias, parques de lazer, limpeza, recolha de lixo, interpretação), através do envolvimento das comunidades e entidades locais, são o melhor garante da sua utilização, quer por parte da população residente, quer pelos visitantes, promovendo simultaneamente a saúde mental e o bem-estar dos seus utilizadores. e a promoção territorial (Azevedo e Pereiro, 2022; Winters et al., 2020).

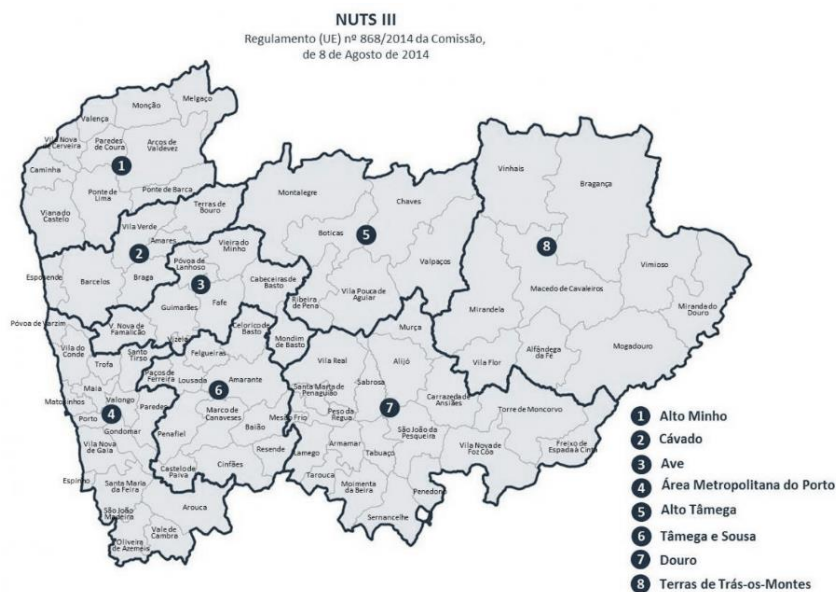
Assim, para fazer face ao anteriormente exposto, torna-se premente avaliar o nível de qualidade das infraestruturas associadas aos trilhos, e outros equipamentos ligados à prática do pedestrianismo, de forma a potencializar estes recursos territoriais.

3. METODOLOGIA

3.1. Território em estudo

A região Norte de Portugal é composta por oitenta e seis municípios, organizados em 8 NUTS III (conforme Figura 3), tendo as repostas obtidas permitido caraterizar trilhos nas NUTS do Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes).

Figura 3. Organização administrativa da região Norte – NUTS III



Fonte: CCDR-N (s.d)

A região Norte é ainda caracterizada por cinco Áreas Protegidas, entre elas o único Parque Nacional, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, o Parque Natural do Litoral Norte, o Parque Natural de Montesinho, o Parque Natural do Douro Internacional e o Parque Natural do Alvão. É em particular nestas áreas protegidas, que se desenvolvem atividades nos percursos pedestres, nomeadamente, competições de trail running, montanhismo, BTT, caminhadas envolvendo milhares de participantes promovidas por associações, clubes desportivos e empresas de animação turística (ICNF, 2020).

Estes territórios, pelas suas configurações naturais, são polos de atratividade turística para os pedestrianistas, e à medida que a procura turística aumenta, as empresas de animação turística proliferam nestes territórios (Travel BI, 2018).

Atualmente, existem cerca de 400 percursos pedestres sinalizados no Norte de Portugal, caracterizados como percursos pedestres de curta distância (Pequena Rota), até 30 km, e 13 percursos pedestres (Grande Rota) que abrangem mais de 30 km. Uma dessas rotas de longo alcance é de nível transeuropeu (Rodrigues et al., 2010; Turismo de Portugal, 2020).

3.1. Matriz de avaliação das condições dos percursos pedestres

Para obter uma visão abrangente das condições dos percursos pedestres no Norte de Portugal, o presente estudo utilizou uma matriz de avaliação desenvolvida para um contexto de investigação mais amplo sobre turismo outdoor (Silva et al., 2021). A matriz de avaliação resultou de um processo multi-etapas, implementado por uma equipa multidisciplinar (académicos, instituições públicas, empresas de animação turística, clubes desportivos). Para o propósito deste artigo, apenas a subseção do pedestrianismo será descrita. A matriz de avaliação visa aferir as condições para a prática do pedestrianismo identificando atributos específicos para a prática da mesma.

Deste modo, um primeiro conjunto de atributos foi identificado na literatura, designadamente, recursos naturais (Clius & Patroescu, 2014), acessibilidade, equipamentos disponíveis no local e qualidade das infraestruturas (Alaeddinoglu & Can, 2011; Priskin, 2001). Foram igualmente analisados documentos estratégicos internacionais de associações, federações e diretrizes de sustentabilidade para áreas protegidas, originando outro conjunto de atributos. Por último, dezoito entrevistas semiestruturadas foram realizadas com diferentes *stakeholders*, com experiência em turismo outdoor, incluindo representantes de empresas de turismo de aventura e natureza e organizações relacionadas ao desporto, bem como associações de desenvolvimento, autoridades governamentais locais, municípios e com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Com base na revisão da literatura e sustentada pela visão de profissionais experientes em turismo outdoor, dezasseis (17) atributos foram identificados como sendo relevantes para a análise das condições dos percursos pedestres (Tabela 1).

Tabela 1. Principais atributos dos percursos pedestres contemplados na matriz de avaliação

Atributos	Literatura de suporte	Classificação dos atributos adaptada da literatura
Acessibilidade	(Alaeddinoglu & Can, 2011; Priskin, 2001)	<p>1 – A pé;</p> <p>2 – A pé, veículos não motorizados e veículos motorizados de duas rodas;</p> <p>3 – A pé, veículos não motorizados, veículos motorizados de duas rodas e veículos motorizados ligeiros de quatro rodas sem estacionamento organizado;</p> <p>4 – A pé, veículos não motorizados, veículos motorizados de duas rodas, veículos motorizados ligeiros de quatro rodas com estacionamento organizado, Caravanas, Autocaravanas e veículos pesados com estacionamento organizado;</p> <p>5 – A pé, veículos não motorizados, veículos motorizados de duas rodas, veículos motorizados ligeiros de quatro rodas com estacionamento organizado, Caravanas, Autocaravanas, veículos pesados com estacionamento organizado e é servida por redes de transportes públicos coletivos.</p>
Acessibilidade Universal	(Chikuta et al., 2019; UNWTO, 2016)	<p>1 – Não é acessível a pessoas com mobilidade reduzida;</p> <p>2 – Possui acessos fáceis, dotado de um percurso acessível que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida;</p> <p>3 – Possui acessos fáceis, dotado de um percurso acessível que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida e espaço destinado a estacionamento de viaturas para pessoas com mobilidade reduzida;</p> <p>4 – Possui acessos fáceis, dotado de um percurso acessível que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, estacionamento de viaturas para pessoas com mobilidade reduzida e acessos fáceis às estruturas de apoio dotado de um percurso acessível que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida;</p> <p>5 – Possui acessos fáceis, dotado de um percurso acessível que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida, estacionamento de viaturas para pessoas com mobilidade reduzida e acessos fáceis às estruturas de apoio dotado de um percurso acessível</p>

Avaliação da Qualidade da Oferta de Percursos Pedestres Sinalizados no Norte de Portugal

		que permita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida bem como Escola/clube/organização capaz de fornecer serviço adaptado para pessoas com mobilidade reduzida.
Sinalização	(Pickering et al., 2010)	1 – Não existe qualquer tipo de sinalização; 2 – Existe informação online e topo guias sobre o percurso; 3 – Existe informação online e topo guias sobre o percurso e sinalização direcional para o ponto de partida do percurso; 4 – Existe informação online e topo guias sobre o percurso, sinalização direcional para o ponto de partida do percurso e sinalização homologada para o percurso; 5 – Existe informação online e topo guias sobre o percurso, sinalização direcional para o ponto de partida do percurso, sinalização homologada para o percurso e informação georeferenciada de todo o percurso.
Informação	(Munro et al., 2008; Tubb, 2003)	1 – Não existe qualquer tipo de informação; 2 – Existe informação online sobre o percurso; 3 – Existe informação online sobre o percurso e painel informativo sobre o percurso no início do percurso; 4 – Existe informação online sobre o percurso, painel informativo sobre o percurso no início do percurso e painéis informativos sobre o percurso ao longo do percurso; 5 – Existe informação online sobre o percurso, painel informativo sobre o percurso no início do percurso, painéis informativos sobre o percurso ao longo de todo o percurso e centro interpretativo associado.
Segurança	(Pickering et al., 2010)	1 – Não existe qualquer tipo de sistema de segurança associado ao local; 2 – Existe tabela informativa com números de emergência no local onde se inicia a atividade; 3 – Existe tabela informativa com números de emergência no local onde se inicia a atividade e existe informação do plano de emergência no início do local onde se desenrola a atividade; 4 – Existe tabela informativa com números de emergência no local onde se inicia a atividade, existe informação do plano de emergência no início do local onde se desenrola a atividade, bem como ao longo de todo o percurso; 5 – Existe tabela informativa com números de emergência no local onde se inicia a atividade, existe informação do plano de emergência no início do local onde se desenrola a atividade, bem como ao longo de todo o percurso e toda a área está coberta com rede móvel de telemóvel para possível pedido de resgate por parte do utilizador/praticante.
Distância	(FPCM, 2006)	Km
Duração	(FPCM, 2006)	Horas
Área Protegida	(Gamarra et al., 2019)	Sim ou não
Infraestruturas	(Priskin, 2001)	Sim ou não
Riscos	(Munro et al., 2008; Pickering et al., 2010)	Sim ou não
Centro Interpretativo	(Tubb, 2003)	Sim ou não
Período recomendado	(FPCM, 2006)	3 – 9 meses; todo o ano
Tipo de percurso	(FPCM, 2006)	Linear e/ou circular
Tipo de piso	(FPCM, 2006)	Regular e/ou irregular
Principais valores a observar	(Priskin, 2001)	Baixo (1-2 valores); Médio (3 valores); Elevado (4 ou + valores)
Entidades gestoras(s)	(FPCM, 2006)	Campo de resposta aberta
Entidades que desenvolvem atividades no percurso	Elaboração dos autores	Campo de resposta aberta

Fonte: elaboração própria

De forma a evitar a subjetividade na avaliação dos atributos, esta já evidenciada por outros estudos (por exemplo, Clius & Patroescu, 2014; Priskin, 2001), a matriz de avaliação proposta nesta investigação agrega valor pelo seu cariz abrangente e pela sua objetividade na quantificação dos atributos. Cinco atributos foram classificados em escalas ordinais, variando de 1 a 5 refletindo a progressão positiva em relação às condições específicas de cada atributo (Alaeddinoglu & Can, 2011; Priskin, 2001). Outros atributos são representados como variáveis categóricas, tais como área protegida, infraestruturas, riscos, centro interpretativo associado, período recomendado para a prática da atividade, tipo de percurso, tipo de piso e principais valores a observar. Dois atributos

prendem-se ainda com a caracterização das entidades gestoras dos trilhos e entidades que desenvolvem atividades nos respetivos percursos (ex. empresas de animação ou associações). As respostas nestes campos não estão pré-definidas, são abertas.

3.2 Recolha e análise dos dados

De acordo com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, existirão cerca de 400 percursos pedestres sinalizados na região Norte (Turismo de Portugal, 2020). No presente estudo foram avaliados 185 percursos pedestres, (ver Tabela 2) o que se considerou uma amostra adequada (Neuman, 2014; Veal, 2006). Considerando os objetivos e a representatividade dos agentes do território aplicou-se uma amostragem não probabilística do tipo intencional.

Tabela 2. Distribuição dos trilhos analisados por NUTS III

NUTS III	<i>n</i>	%
Alto Minho	56	30,3
Área Metropolitana do Porto	35	18,9
Ave	35	18,9
Cávado	38	20,5
Douro	4	2,2
Tâmega e Sousa	5	2,7
Terras de Trás-os-Montes	12	6,5
Total	185	100

Fonte: elaboração própria

Considerando o contexto pandémico (COVID-19) durante o qual incidiu a recolha de dados, entre março e outubro de 2020, o instrumento de recolha (matriz de avaliação) foi enviado através de email, método comumente aplicado em estudos científicos do turismo (Eslami et al., 2019). A matriz de avaliação foi enviada a diferentes *stakeholders* que se encontram diretamente envolvidos nos percursos pedestres, tais como, empresas de animação turística, associações recreativas e clubes desportivos, assim como aos 86 municípios que compõem o Norte de Portugal. Dos 86 municípios, 16 devolveram as matrizes de avaliação totalmente preenchidas, bem como 1 associação e 1 empresa de animação turística. Cada um dos *stakeholders* listou os percursos pedestres existentes no seu município e procedeu com a sua avaliação de acordo com os atributos predefinidos da matriz de avaliação.

Concluída a fase de recolha dos dados, todas as matrizes recebidas foram sujeitas a análise estatística com recurso ao SPSS (Statistical Package for Social Sciences), versão 26. O teste do Qui-quadrado (χ^2) foi aplicado nas variáveis categóricas, assim como o teste de Kruskal-Wallis com correção de Bonferroni foram usados para encontrar diferenças estatisticamente significativas entre as NUTS III que compõem o Norte de Portugal, em relação às variáveis ordinais e contínuas.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando os atributos designados estruturantes dos percursos pedestres, o teste de Kruskal-Wallis evidencia diferenças estatisticamente significativas na distribuição destes pelas NUTS III Norte (Tabela 3).

Tabela 3. Atributos estruturantes dos percursos pedestres

Atributos	Medianas							Kruskal-Wallis		
	Alto-Minho	AMP*	Ave	Cávado	Douro	Tâ-mega e Sousa	TTOM**	χ^2	gl	p
Acessibilidade	3,00	3,00	3,00	5,00	2,00	3,00	2,00	58,697	6	0,000
Acessibilidade Universal	1,00	2,00	1,00	1,00	1,00	2,00	1,00	37,137	6	0,000
Sinalização	5,00	2,00	4,00	4,00	3,00	4,00	5,00	35,148	6	0,000
Informação	4,00	2,00	3,00	3,50	5,00	4,00	5,00	51,958	6	0,000
Segurança	2,00	1,00	2,00	2,00	2,00	2,00	3,00	56,102	6	0,000
Distância (km)	8,70	2,20	9,50	10,45	6,25	12,00	12,75	32,436	6	0,000
Duração (horas)	3,00	0,30	3,30	3,30	2,15	3,30	4,30	31,583	6	0,000
* Área Metropolitana do Porto										
** Terras de Trás-os-Montes										

Fonte: elaboração própria

De forma a aferir quais as principais diferenças entre as NUTS III Norte, procedeu-se a uma análise detalhada através do teste *post hoc*, demonstrada na Tabela 4. Salienta-se que o Cávado, possui condições superiores em termos de acessibilidade (md=5,00) contrastando com as restantes regiões, uma vez que encerra todos os itens contemplados no atributo acessibilidade.

Porém, no que diz respeito à acessibilidade universal todas as regiões demonstraram uma fragilidade na adequação dos percursos pedestres face a esta realidade (md=1,00; md=2,00).

Respeitante aos atributos sinalização e informação, à exceção da Área Metropolitana do Porto (AMP) (md=2,00; md=2,00, respetivamente), todas as regiões evidenciaram a existência de sinalização direcional e georreferenciada, informação online, assim como painéis informativos sobre os percursos pedestres.

Terras de Trás-os-Montes (TTOM) destaca-se nos atributos da segurança, apresentando uma mediana superior às restantes regiões (md=3,00), bem como possui os percursos com maior distância (md=12,75), e por sua vez, de maior duração (md=4,30).

Analisando os percursos pedestres que atravessam áreas protegidas ou zonas com regime de classificação/conservação especial verifica-se que, apenas 30,3% destes possuem tal proteção/classificação. Apesar da vasta área classificada em Portugal no seu todo, e no Norte em particular (FCMP, n.d.), uma parte significativa dos percursos presentes nesta investigação não se inserem em áreas protegidas e/ou classificadas. Tal como sugerido por outros autores, os percursos pedestres quer em zonas litorais, montanhosas, rurais ou periurbanas sem classificação ou regime de proteção especial são equitativamente atrativos para a prática do pedestrianismo (Carvalho, 2009).

Tabela 4. Diferenças entre os atributos estruturantes dos percursos pedestres nas NUTS III

Atributos	NUTS III Norte					
Acessibilidade	Douro*Cávado (p= 0.001)	TTOM*AMP (p= 0.001)	TTOM*Alto Minho (p=0.000)	TTOM*Cávado (p= 0.000)	Ave*Cávado (p= 0.000)	Alto Minho*Cávado (p= 0.021)
Acessibilidade Universal	TTOM*Cávado (p= 0.031)	TTOM*AMP (p= 0.003)	Ave*Cávado (p= 0.028)	Ave*AMP (p= 0.001)	Alto Minho*Cávado (p= 0.014)	Alto Minho*AMP (p= 0.000)
Sinalização	AMP*Alto Minho (p= 0.001)	AMP*TTM (p= 0.000)	Cávado*Alto Minho (p= 0.013)	Cávado*TTOM (p= 0.004)	Ave*TTOM (p= 0.023)	
Informação	AMP*Alto Minho (p= 0.000)	AMP*TTOM (p= 0.000)	Ave*TTOM (p= 0.000)	Cávado*TTOM (p= 0.000)	Alto Minho*TTOM (p= 0.006)	
Segurança	AMP*Cávado (p= 0.000)	AMP*TTOM (p= 0.000)	Ave*Cávado (p=0.000)	Ave*TTOM (p= 0.000)	Alto Minho*Cávado (p= 0.023)	Alto Minho*TTOM (p= 0.000)
Distância (km)	AMP*Alto Minho (p= 0.006)	AMP*Ave (p= 0.004)	AMP*Cávado (p= 0.001)	AMP*TTOM (p= 0.000)		
Duração (horas)	AMP*Alto Minho (p= 0.039)	AMP*Cávado (p= 0.001)	AMP*Ave (p= 0.001)	AMP*TTOM (p= 0.000)		

Fonte: elaboração própria

Tabela 5. Análise do Qui-Quadrado (χ^2) aos atributos dos percursos pedestres

		Alto Minho		AMP	Ave	Cávado	Douro	Tâmega e Sousa	TTOM	To-tal	(χ^2)	gl	Sig.
Área protegida	Sim	%	16,2	1,10	4,3	7,0	0,0	0,0	1,6	30,3	29,659	6	0,000
		N	30	2	8	13	0	0	3	56			
	Não	%	14,1	17,8	14,6	13,5	2,20	2,7	4,9	69,7			
		N	26	33	27	25	4	5	9	129			
Infraestruturas/equipamentos	Sim	%	25,9	15,7	11,4	15,7	2,2	2,2	0,5	73,5	37,019	6	0,000
		N	48	29	21	29	4	4	1	136			
	Não	%	4,3	3,2	7,6	4,9	0,0	0,5	5,9	26,5			
		N	8	6	14	9	0	1	11	49			
Centro Interpretativo associado	Sim	%	4,9	0,5	1,6	1,6	1,6	1,1	0,5	11,9	23,728	6	0,001
		N	9	1	3	3	3	2	1	22			
	Não	%	25,4	18,4	17,3	18,9	0,5	1,6	5,9	88,1			
		N	47	34	32	35	1	3	11	163			
Período recomendado	Todo o ano	%	24,9	16,80	13,0	11,9	2,2	2,7	6,5	77,8	19,422	6	0,004
		N	46	31	24	22	4	5	12	144			
	3-9 meses	%	5,40	2,20	5,9	8,6	0,0	0,0	0,0	22,2			
		N	10	4	11	16	0	0	0	41			
Riscos	Sim	%	22,7	6,5	14,1	14,1	0,0	1,1	0,0	58,4	43,087	6	0,000
		N	42	12	26	26	0	2	0	108			
	Não	%	7,6	12,4	4,9	6,5	2,2	1,6	6,5	41,6			
		N	14	23	9	12	4	3	12	77			
	Linear	%	11,9	15,1	7,0	4,9	0,5	1,1	0,5	41,1	32,699	6	0,000
		N	22	28	13	9	1	2	1	76			

Avaliação da Qualidade da Oferta de Percursos Pedestres Sinalizados no Norte de Portugal

Tipo de percurso	Circular	%	18,4	3,8	11,9	15,7	1,6	1,6	5,9	58,9			
		N	34	7	22	29	3	3	11	109			
Tipo de piso	Regular	%	5,9	11,9	2,2	0,5	0,5	1,1	0,0	22,2	48,904	6	0,000
		N	11	22	4	1	1	2	0	41			
	Irregular	%	24,3	7,0	16,8	20,0	1,6	1,6	6,5	77,8			
		N	45	13	31	37	3	3	12	144			
Principais valores a observar	Baixo	%	14,1	13,5	11,9	16,8	0,5	1,1	0,5	58,4	110,092	12	0,000
		N	26	25	22	31	1	2	1	108			
	Médio	%	16,2	0,5	7,0	3,8	0,0	0,0	5,9	33,5			
		N	30	1	13	7	0	0	11	62			
	Elevado	%	0,0	4,9	0,0	0,0	1,6	1,6	0,0	8,1			
		N	0	9	0	0	3	3	0	15			

Fonte: elaboração própria

Observa-se que 73,5% dos percursos pedestres possuem algum tipo de infraestrutura/equipamento associados aos mesmos, sendo os parques de merendas, bem como cafés/restaurantes as situações mais frequentes. Todavia, respeitante aos centros interpretativos salienta-se que apenas 11,9% dos percursos pedestres é que possuem este equipamento de interpretação do território associado. Apesar da importância dos centros interpretativos na divulgação e valorização do património natural e cultural atestada por outros estudos (Munro et al., 2008; Tubb, 2003), estes ainda possuem pouca expressão no território do Norte de Portugal.

Maioritariamente, é possível praticar pedestrianismo ao longo de todo o ano, nos diferentes percursos (77,8%), apresentando níveis de dificuldade baixa. O facto de apresentarem, maioritariamente, uma configuração circular (58,9%), torna os percursos mais apetecíveis e de mais fácil fruição, não requerendo apoio de terceiros ou recurso a serviços de transporte para regresso ao ponto de partida. Os trilhos são genericamente compostos por piso irregular (combinação de vários tipos de pavimentação, por exemplo, betuminoso, gravilha, terra batida).

Na análise aos principais valores a observar, para efeitos da presente investigação entendeu-se a classificação das várias situações identificadas entre valores de dimensão natural e cultural. Assim, 58,4% dos percursos pedestres possuem uma diversidade considerada baixa. Neste campo de resposta aberta, os inquiridos indicaram, amplamente, que os principais valores a observar variam entre o paisagístico-cultural e histórico-paisagístico. Assume-se o maior peso de percursos em zonas em que predomina a paisagem humanizada.

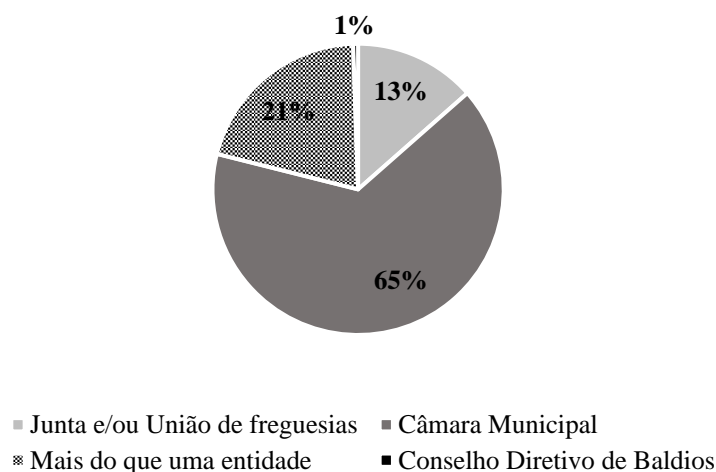
Uma das variáveis, ou atributos considerados fundamentais é a segurança. Nesta matéria, a natureza e paisagem muito diversas, com predomínio de relevo acidentado, traduzem-se numa elevada percentagem (58,4%) dos percursos pedestres a evidenciar alguns riscos inerentes à sua utilização. Os principais riscos elencados variam entre as potenciais quedas devido aos desníveis do território, assim como os riscos de incêndio, particularmente nos meses de maior temperatura, devido à proximidade ou à passagem em zonas de floresta densa. Além disso, o vandalismo na sinalética e, por vezes, as marcações confusas e a pouca manutenção dos percursos, conduzem os pedestrianistas a percorrerem caminhos alternativos e, por consequência, a desorientarem-se.

Esta matéria da segurança (ou falta dela) evidencia o papel das entidades gestoras dos percursos, fundamental na adequação da sinalética, bem como na manutenção dos mesmos, criando as condições necessárias para o seu pleno usufruto. No momento atual, pós-pandémico, a atividade ao ar livre, nomeadamente o pedestrianismo, que já registava um crescimento acentuado, tem ganho o estatuto de tendência irrefutável e irreversível, como forma de contrariar o isolamento e sedentarismo. A melhoria de condições de pedestrianismo beneficia a população local e visitantes, associando atividade física, bem estar, e

desenvolvimento pessoal, permitindo o contacto com paisagens e valores culturais associados ao meio rural (Rodrigues, 2006; Tovar & Carvalho, 2011).

No que diz respeito às entidades gestoras (instituições que promovem a criação e homologação dos percursos pedestres) verifica-se que, maioritariamente, esta realidade é assumida pelos órgãos de administração pública regionais e locais, especificamente, câmaras municipais e respetivas juntas de freguesia, o que está em consonância com outros estudos (Carvalho, 2009). Apesar da importância cada vez mais reconhecida e do papel que os trilhos assumem na atratividade dos territórios rurais e de interior, enquanto oferta turística os trilhos são de utilização coletiva e, apesar de requererem baixo investimento financeiro, obrigam a manutenção e cuidados intensivos e permanentes, e não geram receita direta. Por outro lado, os trilhos não estão restritos a uma única propriedade, seja ela pública ou privada. Atravessam vários terrenos e representam matéria de gestão complexa. Assim, é natural que sejam uma preocupação das entidades públicas. Através da Figura 4 é possível aferir que, 65% percursos pedestres são geridos por mais que uma entidade. A análise dos dados permite ainda afirmar que a gestão conjunta dos percursos pedestres resulta, frequentemente, entre as câmaras municipais e as juntas de freguesia, surgindo pontualmente a gestão conjunta destas com alguma associação recreativa ou associação sem fins-lucrativos (por exemplo, o caso da câmara municipal de Braga, conjuntamente com a junta de freguesia e uma associação local).

Figura 4. Entidades gestoras dos percursos pedestres (%)



Fonte: elaboração própria

Respeitante ao número de percursos pedestres homologados pela FPCM (Figura 5), verifica-se que a NUTS III Ave é a região que possui um maior número de percursos homologados ($n=9$). Todavia, pode afirmar-se que o número de percursos pedestres homologados é diminuto quando comparado com a amostra nesta investigação ($n=185$), assim como com o universo de percursos pedestres existente na região Norte de Portugal (cerca de $n=400$) (Turismo de Portugal, 2020).

Figura 5. Percursos pedestres homologados pela FPCM

NUTS III		<i>n</i>	%
Alto-Minho		2	10
Ave		9	45
Cávado		1	5
Tâmega e Sousa		2	10
TTOM		6	30
Total		20	100

Fonte: elaboração própria

Importa salientar que alguns municípios, enquanto entidades gestoras, já efetuaram a inscrição dos seus percursos pedestres no Registo Nacional de Percursos Pedestres (RNPP), porém, ainda se encontram em fase de homologação, tal como é o caso do município de Cabeceiras de Basto (NUTS III – Ave).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que o objetivo geral da presente investigação foi atingido, contribuindo a dois níveis: no desenvolvimento da ferramenta de diagnóstico, a matriz de avaliação da qualidade dos trilhos, que provou ser eficaz no diagnóstico das condições para a prática de pedestrianismo; e na avaliação da oferta de trilhos existentes na região Norte, recolhendo informação relativa a 186 trilhos, num total de 400.

Em termos da ferramenta, esta apresenta-se como funcional apesar de poder ser ainda melhorada, e passível de utilizada em qualquer contexto, pela sua objetividade e consistência, que resultam de um processo de construção sólido.

Por outro lado, os resultados que resultaram da aplicação da metodologia, permitem concluir sobre os atributos mais relevantes, e qual a qualidade efetiva dos trilhos, como estruturas que favorecem a prática de pedestrianismo, mas também o reconhecimento dos territórios como espaços turísticos. É visível pela análise o papel dos órgãos regionais e locais, focalizando nas NUTS III que compõem a região Norte de Portugal, os quais se revelam determinantes tanto para a sua criação como para a sua manutenção e sustentação. Destacam-se neste papel as câmaras municipais e juntas de freguesia.

Os resultados revelam que existem diferenças significativas no grau de estruturação e organização da oferta, em relação aos atributos considerados estruturantes, nomeadamente informação, interpretação e segurança, o que traduz níveis igualmente diferentes no processo de reconhecimento do pedestrianismo, seja como atividade de recreio e lazer seja como oferta turística. O facto de não se traduzir diretamente em receitas para o território pode ter alguma influência nisso.

A acessibilidade universal é um atributo que deverá merecer atenção por parte das administrações públicas regionais e locais, não apenas como reflexo de maior responsabilidade social por parte dos organismos intervenientes, mas também como uma forma de contribuir para alcançar as metas inerentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na redução de desigualdades. Uma comunidade local inclusiva deverá incorporar planos de gestão territorial capazes de responder aos desafios da acessibilidade universal, quer para a comunidade local usufruir, quer para os seus atuais e potenciais visitantes.

As prioridades na gestão dos percursos pedestres por parte das câmaras municipais e juntas de freguesia deverá recair sobre o planeamento da segurança. A segurança é matéria fundamental, sendo que os resultados traduzem problemas diversos, nomeadamente falhas na instalação de mecanismos de salvaguarda, como sinalização e tabelas informativas com números de emergência no local onde se iniciam os percursos. A implantação de tabelas informativas. Considerando que muitos trilhos atravessam zonas remotas, não habitadas e sem acesso a redes móveis, ou a outra qualquer forma de comunicação, e que há histórico de acidentes com consequências mais ou menos graves, como identificado acima, é fundamental que as questões de segurança sejam devidamente asseguradas, garantindo o bem-estar dos utilizadores. Sendo o reforço de rede uma matéria alheia aos gestores dos trilhos, deve o investimento e reforço deve recair sobre todas as outras componentes como a sinalização, informação, e manutenção da qualidade do piso. Alguns dos problemas identificados passam pelo vandalismo da sinalização colocando em causa a segurança dos praticantes e visitantes. A homologação dos trilhos, poderia, à partida, promover a melhoria de condições para assegurar o reconhecimento, mas não tem sido eficaz nesse sentido, perante a baixa taxa de submissão de trilhos para homologação.

A interpretação do território associado aos trilhos, nas suas vertentes natural e cultural deverá ser também considerada uma prioridade. Os praticantes e visitantes procuram cada vez mais compreender o meio natural que os envolve tornando-se essencial a disponibilização de informação, quer na criação de centros interpretativos, permitindo traduzir num espaço delimitado uma realidade muito mais abrangente e difusa na paisagem atravessada ao longo dos percursos, mais difícil de apreender. A incorporação nos centros interpretativos de abordagens mistas, com soluções tradicionais, mais

sensoriais e visuais e, em simultâneo, com soluções digitais, permite uma maior versatilidade e dar resposta a públicos também mais diversos.

Deve haver ainda, por parte das entidades gestoras incentivo à criação de oferta de serviços ao longo dos percursos, ou em pontos estratégicos, de serviços de apoio, que sejam em simultâneo oportunidades de empreendedorismo e envolvimento das populações locais. As empresas de animação da região podem assegurar atividades complementares, associadas p.e à gastronomia, ou práticas de cariz lúdico-recreativo, que constituem a essência do turismo criativo. Apesar de existirem a nível regional e nacional exemplos que podem antecipar o valor económico inerente a essas iniciativas, o valor maior que advém desse envolvimento é a valorização e dinamização da cultura local, favorecendo ainda o posicionamento como potencial território turístico (criativo).

Apesar de reconhecido o valor deste trabalho e de sentir que foram atingidos os objetivos estabelecidos à priori, fica também visível que há espaço para a melhoria. Designadamente, o facto de não ter sido possível caracterizar um maior número de trilhos, tendo ficado sensivelmente a meio. O momento em que decorre a investigação, em plena pandemia, não é favorável à realização de trabalho de campo, ou formas alternativas de recolha de dados, tendo a equipa ficado limitada ao e-mail e telefone.

Por outro lado, não sendo um objetivo à partida, reconhecemos que na situação de ser dada continuidade a este trabalho. Será pertinente incorporar outras variáveis e contributos para um planeamento verdadeiramente integral e informado do território, reconhecendo o papel e dando espaço à participação das comunidades locais, e uma visão ainda mais holística dos fatores e dos impactos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alaeddinoglu, F., & Can, A. S. (2011). Identification and classification of nature-based tourism resources: Western Lake Van basin, Turkey. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 19, 198–207. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.05.124>
- Azevedo, P. & Pereiro, X., (2022) A Oferta Turística de Percursos Pedestres em Trás-Os-Montes e Alto Douro (TMAD): Mecanismos de Desenvolvimento Regional? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 62, 39-55.
- Balmford, A., Green, J.M., Anderson, M., Beresford, J., Huang, C., Naidoo, R., Walpole, M., Manica, A. (2015) Walk on the wild side: Estimating the global magnitude of visits to protected areas. *PLoS Biol.*, 13, e1002074. <https://doi.org/10.1371/journal.pbio.1002074>
- Bichler, B. F., & Peters, M. (2020). Soft adventure motivation: an exploratory study of hiking tourism. *Tourism Review, ahead-of-p*, ahead-of-print. <https://doi.org/10.1108/TR-10-2019-0403>
- Carvalho, P. (2009). Pedestrianismo e percursos pedestres. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 193–204.
- CCDR-N. (s.d.). Mapa da região do Norte. <https://www.ccdr-n.pt/pagina/regiao-norte/apresentacao>
- Chikuta, O., du Plessis, E., & Saayman, M. (2019). Accessibility expectations of tourists with disabilities in National Parks. *Tourism Planning and Development*, 16(1), 75–92. <https://doi.org/10.1080/21568316.2018.1447509>
- Clius, M., & Patroescu, M. (2014). An evaluation matrix for ecotourism potential in certain categories of protected areas in Romania. Case studies: National parc, nature parc, geoparc. In *Conference Proceedings 14th International Multidisciplinary Scientific Geoconference and EXPO, SGEM 2014*, (9–16). Albena: Bulgaria. <https://doi.org/0.5593/SGEM2014/B52/S20.002>
- David, F., & Pinheiro, O. (2010). Importância das Associações de Desenvolvimento Local na economia do turismo. In D. P. U. e ASEPELT (Ed.), *Anales de economía aplicada 2010*. <http://hdl.handle.net/10314/2672>
- den Breejen, L. (2007). The experiences of long distance walking: A case study of the West Highland Way in Scotland. *Tourism Management*, 28(6), 1417–1427. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2006.12.004>
- Eusébio, C., Kastenholz, E. & Breda, Z., (2014) Tourism and sustainable development of rural destinations: A stakeholders' view. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 36, 14–20.
- Eslami, S., Khalifah, Z., Mardani, A., Streimikiene, D., & Han, H. (2019). Community

attachment, tourism impacts, quality of life and residents' support for sustainable tourism development. *Journal of Travel and Tourism Marketing*, 36(9), 1061–1079. <https://doi.org/10.1080/10548408.2019.1689224>

Fazenda, N., Nunes Da Silva, F., & Costa, C. (2008). Política e planeamento turístico à escala regional o caso da agenda regional de turismo para o norte de Portugal. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 18, 77–100.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP). (2006). Percursos Pedestres: Registo Nacional de Percursos Pedestres (RNPP). <http://www.fcmpportugal.com/Percursos.aspx>

Gamarra, N. C., Correia, R. A., Bragagnolo, C., Campos-Silva, J. V., Jepson, P. R., Ladle, R. J., & Mendes Malhado, A. C. (2019). Are Protected Areas undervalued? An asset-based analysis of Brazilian Protected Area Management Plans. *Journal of Environmental Management*, 249(July), 109347. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2019.109347>

Goja, R., Santos, V., & Duxbury, N., (2021) O Estado do Conhecimento Sobre o Turismo nas Áreas Não-Metropolitanas de Portugal Continental (2010-2020). *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, nº 59, 2021, 99-117.

Happ, E., Hofmann, V., & Schnitzer, M. (2021). A look at the present and future: The power of emotions in the interplay between motivation, expectation and attitude in long-distance hikers. *Journal of Destination Marketing and Management*, 19, 100527. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100527>

ICNF. (2020). *Turismo Sustentável*. <https://www.icnf.pt/turismodenatureza/turismosustentavel>

Lee, S. A., Manthiou, A., Chiang, L., & Tang, L. R. (2018). An assessment of value dimensions in hiking tourism: Pathways toward quality of life. *International Journal of Tourism Research*, 20(2), 236–246. <https://doi.org/10.1002/jtr.2176>

Munro, J. K., Morrison-Saunders, A., & Hughes, M. (2008). Environmental interpretation evaluation in natural areas. *Journal of Ecotourism*, 7(1), 1–14. <https://doi.org/10.2167/joe137.0>

Neuman, W. L. (2014). *Social research methods: Qualitative and quantitative approaches* (7th ed.). Pearson.

Organização das Nações Unidas. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. <https://doi.org/10.1163/157180910X12665776638740>

Pickering, C., Castley, J. G., Hill, W., & Newsome, D. (2010). Environmental, safety and management issues of unauthorised trail technical features for mountain bicycling. *Landscape and Urban Planning*, 97(1), 58–67. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2010.04.012>

Priskin, J. (2001). Assessment of natural resources for nature-based tourism: The case of the Central coast region of Western Australia. *Tourism Management*, 22(6), 637–648. [https://doi.org/10.1016/S0261-5177\(01\)00039-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00039-5)

Karupiah, P. & Bada, A.B. (2018) A qualitative study on walking in the Penang Botanical Gardens, Malaysia, *Annals of Leisure Research*, 21:2, 199-214. <https://doi.org/10.1080/11745398.2017.1359790>

Rantala, O., Hallikainen, V., Ilola, H. & Tuulentie, S. (2018). The softening of adventure tourism”, *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 18(4), 343-361. <https://doi.org/10.1080/15022250.2018.1522725>

Rodrigues, Á. (2006). Os trilhos pedestres como uma actividade de Lazer, Recreio e Turismo – Uma análise exploratória ao mercado dos trilhos pedestres em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 6, 83–94.

Rodrigues, Á., Kastenholz, E., & Rodrigues, A. (2010). Hiking as a relevant wellness activity - an exploratory study of hiking tourists in Portugal. *Journal of Vacation Marketing*, 16(4), 331–343. <https://doi.org/10.1177/1356766710380886>

Salgado, M., & Martins, J. A. (2019). Pedestrianismo no vale do Alva: Rotas de Água Hiking. *Journal of Tourism and Development*, 32, 143–157.

Sand, M., & Gross, S. (2019). Tourism research on adventure tourism—Current themes and developments. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*. 28, 100261.

Svarstad, H. (2010). Why hiking? Rationality and reflexivity within three categories of meaning construction. *Journal of Leisure Research*, 42(1), 91–110. <https://doi.org/10.1080/00222216.2010.11950196>

Silva, G., Correia, A.I., Rachão, S., Nunes, A., Vieira, E., Santos, S., Soares, L., Fonseca, M., Ferreira, F., Veloso, C., Carrança, P., & Fernandes, P.O. (2021). A methodology for the

identification and assessment of the conditions for the practice of Outdoor and Sport Tourism-related activities. *Sustainability*, 13(13), 7343. DOI: 10.3390/su13137343

Snyman, S. & Bricker, K.S., (2019) Living on the edge: Benefit-sharing from protected area tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27, 705–719. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1615496>

Tovar, Z., & Carvalho, P. (2011). Percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal. *Turismo e Sociedade*, 4(2). <https://doi.org/10.5380/tes.v4i2.24765>

Travel BI. (2018). *Animação turística em Portugal. Inquérito à caracterização da atividade e à procura turística*. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/animacao-turistica/animacao-turistica-em-portugal-2018/>

Tubb, K. N. (2003). An evaluation of the effectiveness of interpretation within dartmoor national park in reaching the goals of sustainable tourism development. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(6), 476–498. <https://doi.org/10.1080/09669580308667217>

Turismo de Portugal. (2017). Estratégia 2027. In *Estratégia 2027*. http://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET2027.pdf

Turismo de Portugal. (2020). Passeios a pé. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/passeios-a-pe>

UNWTO. (2016). Highlights of the 1st UNWTO Conference on Accessible Tourism in Europe (San Marino, 19-20 November 2014). In *Highlights of the 1st UNWTO Conference on Accessible Tourism in Europe (San Marino, 19-20 November 2014)* (Issue November). <https://doi.org/10.18111/9789284417902>

Winter, P.L.; Selin, S.; Cervený, L.; Bricker, K. Outdoor Recreation, Nature-Based Tourism, and Sustainability. *Sustainability* 2019,12, 81. <https://doi.org/10.3390/su12010081>

UNWTO. (2019). *Walking tourism: Promoting regional development*.

Veal, A. J. (2006). Research methods for leisure and tourism. A practical guide. In *Pearson Education Limited* (3rd ed.). Prentice Hall. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.01.009>

Este artigo científico enquadra-se no âmbito do projeto I&D da UNIAG intitulado Projeto TUR-NOUT – Desenvolvimento do Turismo Outdoor da Região Norte de Portugal [POCI-01-0145-FEDER-032289].